



O TEMA DA LIBERDADE EM AGOSTINHO NA OBRA O LIVRE-ARBÍTRIO

(The Theme of Freedom in Augustine's Work on Free Will)

Elias Gomes da Silva*

Especialização em Filosofia Contemporânea

Mestrando em Ciência da Religião pela UMESP

Bolsista pela CAPES

Email: filosofia.elias@hotmail.com

RESUMO

O tema da liberdade é de capital importância não só para filosofia, mas, sobretudo, também para tradição cristã. Como doutrina bíblica o conceito de liberdade tem sido estudado e pesquisado por diversos pais da igreja ao longo dos séculos, dentre os quais se destaca os trabalhos realizados por Agostinho. Nesse sentido, o respectivo artigo procura analisar e compreender a maneira como esse autor descrever a temática, preferencialmente a partir de sua célebre obra o Livre-Arbítrio.

Palavras Chaves: Agostinho, Liberdade, Vontade-livre, Mal.

ABSTRACT

The theme of freedom is of paramount importance not only to philosophy, but in particular also to the Christian tradition. As biblical doctrine the concept of freedom has been studied and researched for several church fathers over the centuries, among which stands out the work done by Augustine. Accordingly, the relevant article seeks to analyze and understand the way the author describe the subject, preferably from his famous work Free Will.

Key Words: Augustine, Freedom, Free-Will, Evil.

INTRODUÇÃO

Em princípio, a temática que envolve a questão da liberdade humana é assunto que intriga e ao mesmo tempo desperta o interesse de muitos. Apesar disso, por outro lado, a historiografia teológica e filosófica tem demonstrado que a respectiva temática é detidamente plural e complexa. Desta forma, percebe que a interpretação da mesma ao longo dos séculos tem estado preferencialmente pautada entre duas disposições antagônicas e distintas. Isto é, enquanto algumas correntes procuram interpretar o problema da liberdade como sendo uma espécie de *sinônimo absoluto* de autonomia humana, outros, por sua vez, procuram apoiar-se em ensinamentos e aportes teóricos de caráter *deterministas* e *predestinantes*. Nesse contexto, o problema da liberdade tem se arrastado através de séculos. Contudo, se por um lado, a pesquisa pode representar um enorme desafio, por outro, estamos consciente que este estudo, não tem a mínima pretensão de resolver à problemática envolvida, senão apenas esclarecer o conceito de liberdade, do ponto de vista teológico-filosófico, fundamentado nas propostas e nas reflexões de Agostinho.

A síntese das reflexões, bem como o contexto histórico em que viveu esse autor fornecem elementos que nos permitem uma melhor compreensão de diversas culturas, que teve papel fundamental, na construção do pensamento de Agostinho. O entrelaçamento entre a vida particular e a produção acadêmica faz com que diversos pesquisadores falem de certa graduação ou *evolução espiritual* nas obras de Agostinho. Através de suas obras, chega-se



a uma noção o quanto é vasto e profundo seu conhecimento sobre este e outros temas por ele abordados, que, são plenamente enriquecedores. Porém, visando o escopo do artigo, delimitaremos o tema da liberdade em Agostinho, exclusivamente na sua obra o livre-arbítrio, o que por sua vez não impedirá se necessário, referenciar outros textos, mas, portanto, o foco será analisar nesta obra, através da exposição articulada o modo em que Agostinho apresenta seu conceito de liberdade.

Proporcionalmente, o ensaio está voltado na tentativa de melhor compreender a argumentação de Agostinho sobre a questão da liberdade e sua tentativa de provar que o livre-arbítrio é um bem proveniente de Deus (AGOSTINHO, 2008, p. 25). A estrutura e desenvolvimento do mesmo estão organizados, para melhor compreensão em duas partes principais. Inicialmente, é apresentada uma rápida contextualização sobre o que seja o chamado conceito de liberdade, sobretudo em seu corte filosófico procurando também demonstrar se existe ou não relação entre os tradicionais conceitos de liberdade e a concepção da mesma na filosofia de Agostinho. E finalmente, busca-se na última parte do texto, verificar qual o conceito de liberdade de Agostinho bem como também a articulação que ele faz como outros temas teológicos. Na argumentação de Agostinho não se pode estudar a temática da liberdade sem antes associá-la a diversas outras questões de caráter antropológico (AGOSTINHO, 2008, p. 24).

1. PRIMEIROS APONTAMENTOS

A presente exposição requer e necessita de estabelecermos alguns apontamentos preliminares. Obviamente não é uma exposição exaustiva ou um prolegômeno completo e complexo, mas apenas breves apontamentos. Primeiramente recorreremos à apresentação daquelas três definições básicas e fundamentais correspondentes ao tema da liberdade que geralmente aparecem na maior parte dos manuais de história da filosofia. E logo, em seguida, é necessário também levantarmos alguns questionamentos se existe ou não influência desses fundamentos na obra de Agostinho, ou ainda, se sobre as bases agostinianas a possibilidade de refutação e confronto dos mesmos. Sobre o primeiro ponto, percebe-se que ao longo da historiografia filosófica aparecem: (1) *A liberdade como autodeterminação ou autocausalidade*; (2) *A liberdade como necessidade*; (3) *A liberdade como possibilidade ou escolha* (ABBAGNANO, 2007, p. 605).

No primeiro caso, trata-se daquele tipo de liberdade absolutizante e sem limite, isto é, ação ou prática ausente de qualquer influência ou condicionamento exterior que pudesse de certa forma controlá-la e determiná-la (ABBAGNANO, 2007, p. 603). Tal conceito de liberdade foi comentado primeiramente por Aristóteles, na sua concepção sobre o voluntariado (ARISTÓTELES, 1979, p. 49). Ele afirma que é livre aquele que é causa de si mesmo, e que cada homem é responsável por seus atos. Segundo Aristóteles, nas coisas que podemos dizer sim, podemos dizer não, naquilo que podemos realizar a boa ação, o não realizar a má, também depende de nós (ARISTÓTELES, 1979, p. 50). Nesse sentido, é compreensível que os Estóicos costumavam estabelecer distinção entre a liberdade e escravidão. A liberdade seria uma espécie de a autodeterminação enquanto a escravidão é falta dela. Portanto, nesses moldes a autodeterminação é considerada uma experiência interior fundamental, uma espécie de criação interior, tornando-se a autocriação do eu. [...]



Liberdade deve ser identificada com o processo de vida consciente (ABBAGNANO, 2007, p. 605).

A segunda definição (a liberdade como necessidade) a fundamentação repousa sobre mesmos conceitos da primeira, porém considera a totalidade tais como: o *mundo*, a *substância* e o *estado* (ABBAGNANO, 2007, p. 606). A sustentação dessa necessidade é marcada pelo desejo humano. Essa concepção de liberdade considerada ainda como causa de si, mas, porém, a liberdade não é atribuída ao indivíduo, mas sim a ordem cósmica ou divina, ao Absoluto, ao Estado, etc. ficando evidente que esse conceito é um determinismo superior aos determinismos inferiores. Daí surge a questão: Porque o Sábio é livre? Porque só ele vive em conformidade com a ordem cósmica, com a natureza, com o estado, com a ordem do mundo, e até do destino. *Portanto, a Liberdade do sábio coincide, com a necessidade da ordem cósmica* (ABBAGNANO, 2007, p. 605). Isto é, o homem então, seria determinado pela necessidade da natureza divina, uma espécie de *telos superior*. Assim, só pode julgar-se livre, somente enquanto ignora as causas de suas volições e de seus desejos.

Já terceira definição: *a liberdade como possibilidade ou escolha* temos a questão limitada e condicionada, isto é, finita. Observemos com mais detalhes, no que este difere de cada um dos conceitos apresentados. Nesse sentido ela não é uma autodeterminação absoluta e nem estar em harmonia com a ordem superior, mas possibilita elencar outro problema. Isto é, determinar a medida, a condição ou a modalidade de escolha que pode garanti-la. Desse modo, ou seja, nessa concepção de liberdade, o problema é determinar quem possui, em determinado grau ou medida, determinadas possibilidades. Este conceito de liberdade também é uma forma de determinismo, ainda que não o determinismo necessário, exposto anteriormente. Mas este conceito admite o homem por parte das condições a que sua atividade corresponde, sem admitir que a partir de tais condições a escolha seja previsível (ABBAGNANO, 2007, p. 606). Ou seja, observando suas alternativas, ficam evidentes suas escolhas.

Diante desta situação, resta-nos fazer os seguintes questionamentos: Em que sentido essas abordagens reaparecem na filosofia de Agostinho, e sobre quais pressupostos a partir dessa mesma filosofia elas podem ser afirmadas ou refutadas? Do ponto de vista de uma abordagem comparativa, é possível de se perceber certa aproximação das reflexões de Agostinho em pelo menos a segunda definição de liberdade. Isto é, ele não admite que o homem possa ser a causa de si mesmo, nem tão pouco como sugere a adesão da terceira hipótese de que o homem seja livre para escolher o bem. Pois diferentemente dos antigos gregos que de imediato associava a liberdade como sendo um substrato da razão, Agostinho entendia a mesma como sendo dependente da vontade (*voluntas*). Resolvendo o antigo paradoxo socrático (pecado como ignorância) de que é impossível conhecer o bem e fazer o mal. Ora, em Agostinho o simples fato de conhecermos o bem não garante a sua execução imediata, visto que a vontade pode rejeitá-la (GILSON, 2005, p. 62). A razão pode até conhecer o bem, mas é a vontade que decide e escolhe, podendo inclusive escolher o irracional, ou seja, o que não tem conformidade nenhuma com a reta razão (GILSON, 2005, p. 63). Portanto, nesses primeiros apontamentos já é possível de perceber que em Agostinho a temática da liberdade deve ser estudada em profunda relação como outros temas teológico-filosóficos tais como a *vontade*, a *graça* o *pecado* etc.



2. A QUESTÃO DA LIBERDADE EM AGOSTINHO

A problemática da liberdade precisa ser preferencialmente entendida a partir de uma concepção antropológica. A antropologia de Agostinho compreende o homem como sendo o ser mais elevado de todas as criaturas, e nesse sentido o que o coloca nesta posição elevada, não é outra coisa, a não ser a razão (AGOSTINHO, 2008, p. 43). Através dela o homem deveria proceder em todas as suas ações e o que para nosso autor seria a ordem natural da criação, pois diferente dos animais que apenas vive o homem tem racionalmente consciência dessa dádiva (AGOSTINHO, 2008, p. 45). Obviamente, quando o homem se orienta por ela ele está em plena harmonia com a ordem natural, porém, uma vez que o homem não se deixa ser iluminado por ela, se entregando cegamente as paixões e aos seus instintos, o homem desordena-se completamente. Ora, nisto consiste, o pecado da alma que busca os prazeres para si nas coisas criadas, e não no Criador, o que por sua vez, desta maneira, o homem está se afastando da ordem natural da criação. A partir desse ponto de vista Agostinho compreende que o homem deveria viver influenciado pela razão e não por suas paixões. Mas o que levaria o homem a viver dominado pela paixão? A resposta a essa questionamento, Agostinho responde e apresenta a condição determinante dizendo da seguinte forma: *Não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre- arbítrio* (AGOSTINHO, 2008, p. 52).

Assim, se por lado Agostinho reconhece a razão como sendo um instrumento importante da dignidade do homem, sobretudo no que diz respeito sua a capacidade de legitimar sua própria humanidade, por outro lado, o autor entende também que em se tratado do problema da liberdade a questão não se restringe a algo de caráter simplesmente epistemológico, ou seja, não basta pensar corretamente para agir corretamente. Isto é, pensar o conceito de liberdade em Agostinho é pensá-lo a partir da noção do *pecado original*¹ e da corrupção da vontade. Ele diz:

Logo, é a vontade desregrada a causa de todos os males. Se essa vontade estivesse em harmonia com a natureza, certamente esta a salvaguardaria e não lhe seria nociva. Por conseguinte, não seria desregrada. De onde se segue que a raiz de todos os males não está na natureza. E isso basta, por enquanto, para refutarmos todos aqueles que pretendem responsabilizar a natureza dos seres pelos pecados (AGOSTINHO, 2008, p. 206).

Verifica-se que o argumento de Agostinho está profundamente embasado á princípio, na sua compreensão de que Deus é bom e Criador por excelência das coisas boas e que o mal, portanto, não tem origem nele, mas unicamente na vontade livre do homem. Para o bispo de Hipona não há dúvida de que todo bem e toda perfeição vem de Deus, e que por sua vez o livre-arbítrio também vem dele (AGOSTINHO, 2008, p. 163). E é somente por esta possibilidade de proceder de um, ou de outro modo, de agir mal ou bem, é que se pode receber justamente a recompensa ou o castigo (AGOSTINHO, 2008, p. 75). Assim, ainda que o homem faça mal uso de sua liberdade, ela em si, porém, deve sempre ser considerada como um bem.

A *primeira conclusão* de Agostinho sobre a relação entre liberdade e a vontade corrompida ou depravada é que mesmo diante de sua evidente deficiência, a mesma deveria continuar sendo entendida como uma dádiva de Deus (AGOSTINHO, 2008, p. 165). Isto é, à



vontade, mesmo pecadora, é um bem. Por conseguinte, para Deus não há uma diferenciação ou uma classificação de conteúdo ente a liberdade sã e a liberdade contaminada pelo pecado. Como relação a isso Agostinho nos afirma:

Que cessem esses lamentos e não censurem ao Criador! Pois, criando-os, Deus não os forçou a pecar, visto que lhe deu o poder de cometê-los ou não, caso o quisessem. E por outro lado, não existem os anjos, que nunca pecaram, nem pecarão? Na verdade, se te comprazes com uma criatura cuja vontade persevera até o fim sem pecar, certamente tens razão de preferir aquela que peca. Mas assim como tu a preferes em teu pensamento, assim também Deus, seu criador, a prefere na ordem das coisas (AGOSTINHO, 2008, p. 165).

Mais uma vez torna-se compreensível o motivo de Agostinho inicia-a o seu livro com um questionamento sobre a questão relacionada á origem do mal. Que diz: [...] *Será Deus o autor do Mal? [...] como sabemos que Ele é bom, não pode Deus praticar o mal* (AGOSTINHO, 2008, p. 25). Desta forma, a pergunta se o mal teria de ter um autor, não pode ser conciliada com a idéia de que Deus sendo o criador de todas as coisas, e ao mesmo tempo, sendo Ele mesmo perfeitamente bom, o mal não teria sua origem em Deus. Esse é o primeiro fundamento em que Agostinho se apóia, que *Deus é Bom e de modo nenhum seria o autor do mal moral* (AGOSTINHO, 2008, p. 25). Daí outra pergunta de seu interlocutor, Evódio. Uma vez que Deus não é o autor do mal, haveria então outro autor? (AGOSTINHO, 2008, p. 159) Agostinho é enfático em sua resposta e afirma que, o mal, jamais existiria se não houvesse um autor, nesse sentido excluindo qualquer possibilidade de atribui a Deus tal ato, ele conclui que homem é o autor do mal, quando comete uma má ação (AGOSTINHO, 2008, p. 160).

Os desdobramentos dessas evidências vão levar Agostinho a uma *segunda conclusão* importante sobre a temática da liberdade. Essa segunda conclusão é evidenciada a partir de outros questionamentos. Isto é, se mal não é produzido por Deus, mas sim fruto de uma ação voluntária do homem, sendo que a mesma encontra-se eminentemente controlada pela disposição inerente de uma vontade ontologicamente corrompida por consequência do pecado adâmico, logo, resta-nos saber sobre quais circunstância essa mesma vontade poderia ser novamente restaurada, ou seja, como fazer para reconduzir a humanidade novamente a uma plenitude de liberdade?

Ora, é evidente que, uma vez que o homem não faz uso da sua faculdade racional, através da qual, ele está servido da prudência, da justiça, da temperança e da força, para estar em perfeita harmonia com o Ser Absoluto, o império das paixões impõe sobre este sua tirania, desenvolvendo uma vontade corrompida e prejudicando assim, todo o seu ser espiritual, racional bem como também toda a vida (AGOSTINHO, 2008, p. 53). Nesse sentido, a única forma capaz de reconduzir o homem novamente dos trilhos dessa disposição para bem, é a intervenção divina por instrumentalidade de sua *Graça*.² Sobre a misericórdia e a graça de Deus ele diz:

[...] Não obstante, se todas essas pessoas se deixassem persuadir, pensando no melhor dos Seres, o mais justo e poderoso, criariam que a bondade, a justiça e o poder de Deus são bem maiores e mais elevados do todas as concepções do próprio espírito. [...] “Eu dizia: Senhor tende piedade de mim; curai minha alma, porque pequei contra vós” (Sl. 40,5). Essas pessoas seriam conduzidas ao templo



da sabedoria pelos caminhos seguros da misericórdia divina (AGOSTINHO, 2008, p. 154).

Portanto, estamos diante de uma espécie de simetria entre a graça e o livre-arbítrio. Isto é, sem o livre-arbítrio não haveria problemas, mas também não haveria uma humanidade digna de ser considerada a imagem e semelhança de Deus; assim também sem a graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quereria o bem ou, caso queira, não poderia realizá-lo de fato. Somente a misericórdia de Deus por meio de sua graça poderia mudar essa realidade. É preciso lembrar que para o autor, o fato inerente e inseparável da natureza humana caída sempre cometer o mal, faz como que somente com ajuda divina e por meio de sua graça, essa mesma natureza possa ser novamente restituída.

CONCLUSÃO

A síntese do que fora abordado neste trabalho, apresenta de certa forma, a comprovação de que Agostinho buscou incansavelmente uma compreensão esclarecedora sobre a liberdade. Essa procura terminou quando o evangelho de Jesus Cristo penetrou sua alma, através da conhecida passagem do apóstolo Paulo registrada no livro de Romanos, capítulo 13 v. 13-14 que diz: *Não em orgias e bebedeiras, nem na devassidão e libertinagem, nem nas rixas e ciúmes. Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não procureis satisfazer os desejos da carne.* A maneira como ele compreendeu o Cristianismo influenciou-o satisfatoriamente para a formação de um conceito de liberdade que se enquadra nos termos de liberdade por necessidade, ou seja, o homem é livre, por um lado, quando ele está constituído em si, em perfeita harmonia com a ordem criada e por outro, em semelhança com o sábio, quando submete sua vontade a vontade soberana de Deus.

Do ponto de vista da influência teológica, é perceptível que as reflexões de Agostinho fizeram dele um teólogo preferido tanto por teólogos católicos como por protestantes. Em se tratando do segundo grupo, por exemplo, o impacto é latente. A maior parte das construções teológicas da chamada tradição reformada encontra-se inseridas sobre as bases da filosofia agostiniana. As propostas de João Calvino de tais como: *a origem a partir do nada e o problema do mal; o livre-arbítrio original e a condição humana a partir de Adão; a intervenção divina como única caminho para capaz de levar o homem*, entre outros temas são pautadas na filosofia de Agostinho.

Por outro lado também, não podemos fazer vistas grossas às críticas modernas e contemporâneas sobre essa concepção de liberdade protagonizada por Agostinho. Por exemplo, a ideia de uma antropologia deficiente e prejudicada por causa do pecado original é inconcebível para os filósofos iluministas dos séculos XVII e XVIII. Para esses autores, o homem precisa mobilizar o poder da razão. É necessário sair da *menoridade* da razão buscando alcançar a sua *maioridade* (Kant). Grosso modo, os iluministas admitiam inclusive que os seres humanos estivessem em plena condição de tornar este mundo um mundo melhor mediante o livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social.



BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*, São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, S. *Os Pensadores*, São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. *Confissões*, São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *O Livre Arbítrio*, São Paulo: Paulus, 2008.
- ANTISERI, D; e REALE, G. *História da Filosofia: Antigüidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 1991
- ARISTÓTELES, *Seleção de Textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BÍBLIA, *Bíblia a Vulgata*. Trad. Padre Matos Soares. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- BONELLI, M. A., *A Liberdade Cristã em Santo Agostinho e Juan Luis Segundo*, Rio de Janeiro: Tese PUC, 2008.
- CALVINO, J. *Romanos*. São Paulo: Fiel, 2005.
- CHAMPLIN, R, N. *Enciclopédia de Bíblia teologia e filosofia*, São Paulo: Agnus, 2004.
- GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *O Espírito da Filosofia Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GONZÁLES, J. L. *A Era dos Mártires: Uma História Ilustrada do Cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- THOMAS, J. D. *Razão, Ciência e Fé*. São Paulo: Vida Cristã, 2001.

NOTAS

* É filósofo com Especialização em Filosofia Contemporânea e Mestrando em Ciência da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista pela CAPES. Endereço eletrônico: filosofia.elias@hotmail.com.

¹ O conceito de pecado original possui dimensões teológicas. Trata-se da doutrina cristã que advoga a ideia de que primeiro pecado cometido pelo homem, realizado por Adão e Eva, teria conseqüência ontológicas de caráter generalista atingindo assim, toda humanidade. Segundo o relato mítico, após desobedecer a Deus – comendo do fruto proibido – o casal teria proporcionado não somente a queda de si mesmo como também a de sua posteridade. A queda, portanto, significa que o homem perdeu a liberdade de escolher o bem. Como conseqüência, o homem agora se sente impelido a pecar (necessitas peccandi). A partir de sua concepção de pecado original Agostinho opõe-se a Pelágio. Obviamente, Agostinho não negava a liberdade em sentido formal, ou seja, seu conceito não é determinista. Haja vista, que o homem continua agindo livremente, todavia, devido à sua condição atual, o homem só esta livre para pecar. Em outros termos, mesmo conhecendo bem, voluntariamente, por causa desse pecado original, opta pelo mal. Essa concepção de que o pecado adâmico teria obrigatoriamente conseqüência ontológicas e generalista vão ser criticadas, sobretudo na filosofia contemporânea a através das propostas de Kierkegaard. Para esse autor, o problema do pecado nunca deve ser pensado sobre a perspectiva do gênero, visto que se trata de uma atitude existencialmente privada e pessoal.

² A teologia da graça é entendida em Agostinho prioritariamente sobre o âmbito de um dom universal. Isto é, o socorro gratuito que Deus nos dá, mediante o qual, passamos a ser capazes de fazer novamente o bem e de agir por amor dele. A quem afirme principalmente teólogos protestantes de corte reformado, que mesma



REVELETEO

Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 6, n. 10, jul/dez, 2012, p. 25-32

graça dever ser supostamente considerada como sendo uma espécie de “dádiva irresistível”, sobretudo diante daqueles considerados por Deus “pré-destinados” a eterna salvação.

Artigo recebido em 13/09/2012
Artigo aprovado em 13/10/2012